

TCU discute controle externo integrado de instituições financeiras públicas

A Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) do Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, nos dias 15 e 16 de maio, reunião com a participação de representantes das Secretarias-Gerais de Controle Externo (Secex) do Ceará, Pará e de Brasília. O objetivo foi discutir melhores formas de fazer o controle externo e promover o intercâmbio de informações das atividades das instituições financeiras públicas, como Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, em busca de uma forma mais eficiente de controlar o destino de recursos públicos liberados por essas instituições, permitindo a transmissão de conhecimento em auditoria já desenvolvida no trabalho de uma secretaria para a outra.

As principais limitações na fiscalização das instituições financeiras por parte de técnicos do TCU são: a ausência de intercâmbio entre as Secex; o planejamento de ações de forma isolada; a dificuldade na obtenção de normativos do Banco Central; a falta de capacitação básica em tecnologia da informação; e a ausência de indicadores para aferir os resultados das instituições financeiras públicas. Outra dificuldade, segundo Afonso Araújo (5ª Secex), é a falta de tempo para analisar o material a ser investigado. Para Araújo, há processos enormes que precisam ser analisados em apenas um mês. “Não adianta fazer auditoria de um mês em um processo que tem mais de 20 caixas de documentos. Acaba sendo um trabalho superficial”, avaliou.

Para ter maior controle de todas as ações, foi proposta a criação de uma rede de controle ligada às instituições financeiras, cujos principais papéis e de seus participantes são: ter um secretário-executivo para estar à frente das decisões; estabelecer um cronograma de trabalho; e pensar em um plano de capacitação para os objetos de trabalho. Em resumo, essa rede deverá facilitar a questão de tomadas de decisão e conhecimento das Secex.

